



NOSOLOGIA CEARENSE: NATUREZA E DOENÇA NOS RELATOS MÉDICOS

JANILLE CAMPOS MAIA*

Introdução

O cenário no qual a doença é moldada no Ceará não pode ser desvinculado de um condicionante ambiental fundamental na análise da conjuntura: a seca. Este fenômeno é definido por Mike Davis (DAVIS, 2002) como uma articulação entre estiagem e vulnerabilidade social, onde o volume de chuvas e a maneira como determinada sociedade organiza sua agricultura revelam o impacto da ausência de precipitação. Para o autor, a seca pode atingir diferentes níveis: a meteorológica é caracterizada por uma diminuição na precipitação normal durante um determinado período de tempo; a hidrológica corresponde ao momento posterior ao esvaziamento de rios e lagos, onde há a deficiência de água subterrânea. Davis afirma que este último momento representa a história social, pois é quando se percebe as políticas públicas e investimentos que foram voltados para amenizar o impacto do fenômeno meteorológico.

No Ceará, a seca agiu não apenas como uma calamidade natural, mas passou a ser um marco no pensamento cearense que condicionou o progresso da província à escassez de recursos naturais (MELLO, 1999). Segundo Evaldo Cabral de Mello (MELLO, 1999), os anos 1870 foram fundamentais na história regional do Nordeste porque foi justamente neste contexto que as diferenciações regionais passaram a ser caracterizadas e, na maior parte dos casos, foi através de denúncias de centralização dos recursos que alertavam para uma situação de desigualdade das províncias do Norte. Na tentativa de amenizar as desvantagens, as lideranças locais viram na estiagem um caminho para a conquista de financiamento para o desenvolvimento da região. Ao se tornar um assunto oficial, as elites cearenses fizeram da seca um meio burocrático para a administração de recursos por determinados grupos políticos e este conjunto de fatores corrobora para a diferenciação territorial entre Norte e Sul.

* Doutoranda no PPGHCS/COC/Fiocruz. Bolsista Fiocruz.



Durval Muniz de Albuquerque Junior (ALBUQUERQUE JUNIOR, 1994) retoma as origens históricas da formação deste “discurso da seca”, entendendo de que forma a mesma foi utilizada por uma elite nordestina. Para Albuquerque Junior, os recorrentes casos de seca não foram suficiente para que as elites tentassem transformá-la em um problema nacional. A virada estratégica ocorre em 1877 porque, segundo o autor, o Norte passava por uma grave crise econômica em decorrência da queda do preço do açúcar e algodão, além do envio de escravos para o Sul. A perda de visibilidade nacional acentua o fenômeno climático e gera incertezas sobre o processo de recuperação econômica. Em meio ao caos ocasionado pela migração em massa para o litoral e pela desestruturação do comércio local, utilizar a seca como problema foi o caminho encontrado pela elite e governantes locais para aumento do auxílio oriundo do governo imperial. Embora tenha dizimado menos a população cearense do que a seca de 1825, o cenário de 1877 é alterado porque atingiu os grandes proprietários:

Enquanto a seca foi problema para o mundo dos despossuídos, ela era uma senhora desconhecida, não merecia mais que breves notas de rodapés de jornais, mas quando chega ao mundo dos proprietários, ela não só é percebida, como é transformada no “cavalo de batalha” de uma elite necessitada de argumentos fortes, para continuar exigindo o seu quinhão, na partilha dos benefícios econômicos e dos postos políticos em âmbito nacional. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 1995:120).

Transformar a seca em um entrave ao desenvolvimento econômico se tornou crucial a partir do momento em que a catástrofe natural atingiu uma elite econômica cearense que já se encontrava em crise devido à queda do preço do algodão. Enquanto a pecuária adentrava o sertão e perdia o protagonismo econômico, a elite econômica em ascensão no Ceará, voltada para a plantação de algodão, ocupava serras e litoral no século XIX (MAIA, 2015). As diferentes elites econômicas ocuparam momentos concomitantes, e espaços distintos. Estes espaços cearenses precisavam ser bem delimitados para que se entendesse o funcionamento da estiagem. Para entender o processo de surgimento da ideia de região no Nordeste é preciso, portanto, remontar às crises ocasionadas pelo mercado externo e como as práticas discursivas desempenharam papel decisivo na construção da imagem da seca como problema.

Pensando igualmente na questão regional nordestina e no uso da seca como ferramenta de manutenção de poder, Frederico de Castro Neves propõe a ideia de que o Nordeste se constrói a partir do estabelecimento de uma memória regional dominante:

A memória regional dominante, memória do espaço que se convencionou chamar Nordeste, não é apenas naturalização da região; é igualmente, tentativa de naturalizar as lutas em torno do sentido de 'regional' (de pertencimento a um espaço social delimitado política e administrativamente) que os grupos e as classes formulam para si e para a sociedade. Disseminando-se, a memória regional anula as experiências destas lutas e naturaliza o passado a partir de certos marcos. (NEVES, 1992: 188).

Para Neves, esses marcos podem ser identificados a partir de três elementos: 1) relação da natureza e sociedade, através da ideia da seca como obstáculo natural ao desenvolvimento; 2) a invenção do emergencialismo, onde há a disciplinarização do homem pobre do campo por uma pedagogia do trabalho; 3) por fim, a desagregação social e dismantelamento institucional, que se desenvolve no modelo paternalista ao mesmo tempo em que se baseia nos princípios do liberalismo econômico e político, e podem ser percebidas através do atraso que se manifesta em tempos de seca, com ações de saques. O autor acredita que a memória regional dominante “delimita os campos de atuação política” (NEVES, 1992:191), e é preciso estar atento aos momentos de estiagem porque neles é que se “renovam compromissos, articulam-se alianças, reivindicam-se verbas e programas especiais, rearticulando as redes de dominação no semi-árido” (NEVES, 1992:53).

Gavião Gonzaga e Barão de Studart: ambiente como agente moldador de doenças

A tradição médica do século XIX era pautada pela necessidade de compreensão da natureza através de instrumentos capazes de mensurar índices pluviométricos, temperatura, aspectos físicos, geográficos, entre outros condicionantes ambientais que, segundo a teoria médica vigente, evidenciavam a presença de determinados agentes patológicos.

Um ramo característico da medicina europeia do século XIX que influenciou o pensamento higienista brasileiro pode ser percebido através da geografia médica, que

segundo Edler, “institucionalizou a viagem exploratória como condição inerente à produção do conhecimento médico e à formação profissional do médico cujo tirocínio fosse voltado para as populações residentes nos trópicos” (EDLER, 2001. p. 926). O uso de determinados instrumentos possibilitou a medição da atmosfera e sua consequente quantificação. Segundo Edler, estes dados possibilitam que os seres humanos pudessem quantificar o meio ambiente e este mundo, regido por leis naturais, influenciou a medicina, que passou a utilizar o protocolo das observações baseado nos condicionantes externos que acabavam interferindo na vida do doente. A tradição neohipocrática considerava que o

bom médico examinava, então, sucessivamente os circunfusa (meteorologia, hidrologia, geologia, climas e habitações), os ingesta (alimentos e bebidas), os excreta (excreções e banhos), os applicata (vestimentas e cosméticos), os percepta (costumes, sexualidade, higiene pessoal) e, por fim, os gesta (movimentos habituais, atividades profissionais). (EDLER, 2001. p. 928).

Dentro da perspectiva da anatomoclínica, onde sintomas e doenças eram confrontados com dados relativos ao meio ambiente, o funcionamento do organismo humano dependeria de elementos como chuva e calor, além de miasmas e partículas atmosféricas. Edler defende a ideia de que a patologização do espaço era debatida nas faculdades de medicina e periódicos médicos e esse conhecimento científico não poderia ser adaptado de uma realidade para outra sem que se considerassem os aspectos naturais de cada localidade. O autor ressalta que a unanimidade de se considerar cada contexto social e ambiental distinto que conduziu à ideia da existência de uma uniformidade regional dos conhecimentos sobre diagnósticos e formas de tratamento para possíveis doenças. Estas observações clínicas de uma dada localidade poderiam ser consideradas como análise clínica em outro contexto, a partir da utilização de dados já existentes. (EDLER, 2001. p. 932).

Cornely Valencius remonta ao modelo hipocrático sobre ares, águas e lugares para explicar como a geografia médica se utilizou deste argumento para validar que as doenças são produtos de lugares específicos. A maneira como a teoria humoral relacionou os agentes externos e o equilíbrio dos humores internos a cada pessoa evidencia como o texto de Hipócrates foi reutilizado por longos períodos. A prática de descrever o ambiente e inserir os dados naturais quantificados para auxiliar no

conhecimento sobre doenças locais foi tido por diversos profissionais de saúde do século XIX como uma continuidade da tradição hipocrática:

"Regular" physicians cited Hippocrates as part of a rhetorical strategy contrasting their "rational" practice with the unnecessarily "ornate" explanatory systems of competing practitioners. Knowing the local environment according to the Hippocratic imperative was portrayed as empirical and a-theoretical-and therefore boldly democratic. Allegiance to a medical geography inspired by and continuous with Hippocratic tradition was thus part of the professional as well as intellectual contestation characterizing early American medicine.¹ (VALENCIUS, 2000:11).

Segundo Valencius, o aprimoramento das técnicas somado a necessidade de quantificar o mundo natural foram primordiais para desenvolvimento desta ciência médica que se utilizava de aparatos cartográficos. O conhecimento confiável passou a ser apenas através da coleta de dados referentes à observação direta dos instrumentos de medição atmosférica ou a partir do conhecimento médico local que considerassem tais dados. Os antigos registros de viajantes perderam a serventia e precisavam ser analisados a partir dos quadros poéticos com os quais foram moldados.

Importante médico que esboçou sobre as doenças e o ambiente cearense foi Barão de Studart. Conhecido por ser uma figura ilustre, Guilherme Studart se formou na Faculdade de Medicina da Bahia em 1877 e imediatamente após a conclusão do curso, atuou diretamente na epidemia de varíola no Ceará. Grande pesquisador da cultura local, deixou artigos, notas e ensaios sobre folclore, clima, doenças e história do Ceará. Neste artigo, me ateei à obra *Climatologia, epidemias e endemias no Ceará*, publicada em 1909, onde o autor versou sobre a história local e compartilhou sua atuação na condição de médico durante a seca de 1877. A versão que tive acesso conta ainda com uma dedicatória ao Oswaldo Cruz, onde o autor se identifica como colega e admirador do sanitarista, o que revela a influência que Studart possuía no cenário científico nacional.

¹ "Médicos 'regulares' citaram Hipócrates como parte de uma estratégia retórica contrastando sua prática 'racional' com os sistemas explicativos desnecessariamente 'ornamentados' de praticantes concorrentes. Conhecer o ambiente local de acordo com o imperativo hipocrático foi retratado como empírico e teórico e, portanto, ousadamente democrático. Portanto, a obediência a uma geografia médica inspirada e contínua na tradição hipocrática fazia parte da contestação profissional e intelectual que caracteriza a medicina americana antiga" (tradução minha).

XIX Encontro de História da Anpuh-Rio
História do Futuro:
Ensino, Pesquisa e Divulgação Científica

21-25 | Setembro | 2020

ANPUH
RJ

O livro de Studart se inicia com uma descrição do ambiente cearense através de cálculos da população cearense, dados meteorológicos, registros de temperatura e quantidade de chuvas. O autor divide o território cearense em três áreas, identificadas como litoral, onde havia a presença de umidade e temperaturas mais amenas; a do sertão, quente e seca; e as serras, com ares mais frescos. As estações bem definidas ressaltam os períodos chuvosos circunscritos de maio a julho, o que para o autor “é um fenômeno que a todos espanta o viço com que os vegetais brotam do solo cearense logo após as primeiras águas; é um encanto; tudo se transforma como sob a ação de algum feiticeiro” (STUDART, 1909:8). Destaca que não é a falta de chuva que ocasiona o principal problema no Ceará, mas sua distribuição desregulada:

A seca é um fenômeno natural, consequência obrigada da nossa situação geográfica em relação às correntes aéreas; compete ao Governo diminuir-lhe os efeitos desastrosos, mas a boa vontade do Governo se exercerá improficuamente se a campanha não for dada e dirigida como na guerra, isto é, fazendo-se o estudo prévio e completo da natureza do terreno ou campo de operações (STUDART, 1909:18).

A preocupação em compreender a natureza é ressaltada em toda obra como medida científica a ser tomada na localidade a fim de entender o regime de chuvas e amenizar o impacto da seca. Para Studart, os registros pluviométricos colhidos em Quixeramobim e em Fortaleza, deveriam ser mais bem aproveitados em benefício do povo e outros pontos de coleta desses dados deveriam ter sido providenciados, uma vez que se constituíam como necessidade indispensável e possuíam baixo custo para as autoridades.

A seca é a preocupação constante na narrativa de Studart. Ao mesmo tempo em que fazia “estragos horríveis” na natureza, gerava fome e trazia doenças desconhecidas provavelmente ocasionadas pelas “comidas agrestes e impureza das águas” (STUDART, 1909:34). A maneira como a atmosfera e os hábitos alimentares locais interferiam na qualidade de vida da população é ressaltada como um importante fator a ser analisado.

As causas que condicionam o flagelo relatado dizem respeito aos hábitos culturais do povo cearense, principalmente em períodos de seca. Para o autor, as principais doenças acometidas pela seca eram “febres biliosas, a disenteria e a anazarca, última expressão da anemia e discrasia do sangue e também resultado da ingestão da

mucunã e de outros vegetais venenosos a que a fome forçava os desventurados a exgotarem os recursos de toda espécie” (STUDART, 1909:39). A varíola possui destaque na obra do autor, principalmente a partir do ano de 1878, muito embora Studart tenha relatado outros casos recorrentes durante o século XIX. Sobre este assunto me deterei mais adiante.

Dentre as doenças relatadas, Studart partiu para uma análise mais local, identificando especificamente que doenças eram mais comuns em determinadas localidades. A tuberculose é narrada como a moléstia mais frequente em Icó, região da caatinga, com registro de altas temperaturas. O Beribéri e “polynevrites” já eram consideradas enfermidades das serras, sendo muito frequentes em Baturité, que era considerado como ponto de recuperação para as doenças mencionadas. O autor remonta as origens do beribéri no Ceará:

Reporto o primeiro caso de beriberi num cearense ao anno de 1866; a molestia foi então desconhecida de todos os medicos de Fortaleza; tratava-se de beribéri tambem de forma paralytica e a elle succumbiu a doente em nova reprodução do mal em 1867. O aparecimento do beriberi no Ceará coincide, portanto, com os primeiros estudos e publicações de Silva Lima chamando a atenção da classe medica para a desconhecida molestia, que estava a fazer victimas na Bahia.(STUDART, 1909:6).

Outras moléstias são descritas de acordo com o espaço em que estavam condicionadas: o sertão quente e seco era propício para desenvolvimento de inflamações, reumatismo articular, pneumonia, pleuriz, catarros pulmonares e gripes.

Antônio Gavião Gonzaga, outro ilustre médico local, foi responsável por escrever inúmeros artigos e livros acerca das endemias que eram comuns no ambiente rural cearense. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1917, logo iniciou seus trabalhos como Chefe do Serviço na Diretoria de Saneamento Rural. Em 1925, publicou seu livro *Climatologia e Nosologia do Ceará*.

Na primeira parte do livro, Gonzaga menciona as questões climáticas que possibilitaram o desenvolvimento de diversas doenças no Ceará. Ao refletir sobre os possíveis condicionantes ambientais, o médico descreve pontualmente cada doença e sua localidade. A boubá é uma dessas primeiras enfermidades mencionadas, e é descrita como maior flagelo das zonas rurais serranas do Ceará (Baturité, Ibiapaba e Araripe). A

disseminação dos casos é relatada principalmente nos sítios isolados, onde era possível encontrar famílias de 10 a 15 pessoas infectadas. Embora o litoral apresentasse poucos casos, Gonzaga relata que em geral pessoas se deslocavam do interior em busca de tratamento.

Outro grande problema encontrado por Gonzaga em seu trabalho era relativo a doenças nos olhos. A presença predominante do tracoma no Cariri era justificado pelo clima seco. O médico relacionava à falta de higiene, explicada espacialmente pela frequente escassez de água nas regiões do Crato e Barbalha.

Gonzaga relata sobre as helmintoses que, segundo o médico, não constituíam problema como em outras localidades do país. Ao contrário do que se acreditava, Gonzaga diz que a condição geológica e climática não impediam a evolução dos ovos:

Nas zonas sertanejas, as condições geológicas desfavoráveis à evolução do ancylostomo são agravadas pelos elementos climatológicos – calor excessivo, baixa tensão de vapor d'água, accentuada intensidade da luz solar e consequente aumento da tensão eléctrica que dificultam e até impedem a evolução dos ovos allí. As nossas observações concluíram pelos seguintes índices médios de infestação: litoral 68%, serras 54% e sertão 32% (GONZAGA, 1925:104).

Por último e também ocasionada pela ausência de chuvas, o impaludismo era relacionado por Gonzaga a condições pluviométricas que fazia com que a doença se manifestasse em surtos intermitentes. Os focos descritos no livro são as populações às margens do Jaguaribe e Acaraú.

Considerações Finais

Entende-se aqui que a seca influenciou todo um conjunto de organização socioeconômica onde estes indivíduos estavam inseridos e onde o controle sobre a natureza permitiu determinados grupos tomar decisões sobre o manejo de água e comida, assim como angariar poder no cenário nacional. Este poder nas relações sociais que permitiu a parcela dominante controlar os recursos naturais leva-nos a entender a seca como um fenômeno climático que produziu impactos diretos no debate sobre

salubridade, uma vez que em períodos onde o regime de chuvas era baixo, havia a necessidade de reorganização da população e do controle dos espaços.

Relacionar seca, doença e ambiente no Ceará é fundamental por evidenciar de que maneira os condicionantes ambientais foram utilizados como argumento decisivo para justificar o processo de propagação dos agentes patológicos. O que é interessante ressaltar é que tanto em *Climatologia e Nosologia do Ceará*, quanto em *Climatologia, epidemias e endemias no Ceará*, Gavião Gonzaga e Barão de Studart se preocuparam em entender de que maneira o ambiente estava relacionado à manifestação de determinadas doenças. A partir da influência de um debate científico no qual se fazia necessário o conhecimento do espaço para que determinadas medidas profiláticas fossem tomadas. Ao frisar que cada localidade tem seus males, os médicos buscavam se inserir neste debate científico no qual a cartografia era utilizada como recurso analítico. Studart e Gonzaga não estavam isolados ao formular suas sentenças, mas se pautavam por uma tradição médica internacional que valorizava o conhecimento local para reconhecimento médico científico. Com esse intuito, os médicos relataram sobre as diversas epidemias e endemias que grassaram no Ceará ao longo da história, inclusive de que maneira cada localidade foi afetada por doenças comuns a determinados ambientes.

Referências Bibliográficas

ACSELRAD, Henri. Vulnerabilidade ambiental, processos e relações. II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, FIBGE, Rio de Janeiro, 2006.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. “Falas de astúcia e de angústia: a seca no imaginário nordestino (1877 – 1922)”. Dissertação de mestrado, Unicamp, 1988.

_____. Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 28, p. 111-120, 1995.

DAVIS, Mike. *Holocaustos coloniais. Clima, fome e imperialismo na formação do terceiro mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

XIX Encontro de História da Anpuh-Rio
História do Futuro:
Ensino, Pesquisa e Divulgação Científica

21-25 | Setembro | 2020

ANPUH
RJ

EDLER, Flavio Coelho. De olho no Brasil: a geografia médica e a viagem de Alphonse Rendu. *Hist. cienc. saude*, Rio de Janeiro, v. 8, supl. p. 925-943, 2001. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702001000500007&lng=en&nrm=iso. Access on 28 May 2020.

GONZAGA, Gavião A. “Climatologia e Nosologia do Ceará: páginas de medicina tropical”. Rio de Janeiro: Baptista de Souza, 1925.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte agrário e o Império: 1871-1889*. São Paulo: Topbooks, 1999.

NEVES, Frederico de Castro. “A memória do espaço e o espaço da memória: a seca na construção imaginária do Nordeste”. Dissertação de mestrado em Sociologia, UFC, 1992.

_____. “A multidão e a História – saques e outras ações de massas no Ceará”. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2000.

STUDART, Barão de. *Climatologia, epidemias e endemias no Ceará*. Fortaleza: Typ. Minerva, 1909.

VALENCIUS, Conevery B. Histories of Medical Geography. *Medical History*, 44, Suppl. 20 – Medical Geography in Historical Perspective, 2000, p. 3-28.